

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

Edição nº 1428

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins.....	3
Súmulas de contratos.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	8
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 35/2014

Declara hóspede oficial do Estado e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º É declarado hóspede oficial do Estado, nos dias 05 e 06 de junho de 2014, o Dr. Nelson Saule Júnior, Advogado e Professor de São Paulo, que participará do encontro "Regularização Fundiária", na qualidade de palestrante.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à passagem aérea, passagem terrestre, hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 257/2014 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00006.00071/2014-4.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de maio de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 258/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha promoveu o arquivamento do IC nº 01127.00021/2007, instaurado com o objetivo de investigar ocupação irregular de área pública, pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, no trajeto de futura rodovia estadual (RS 010), que objetiva ligar a zona norte de Porto Alegre possivelmente ao Vale dos Sinos, por pessoas indeterminadas em movimento social que reivindicava a concessão de moradia.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de maio de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 259/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Daniel da Silveira Rodrigues, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00060/2013, instaurado com o objetivo de investigar a ocorrência de violação da legislação municipal e de dano ambiental em face da instalação do empreendimento "Shopping Viamão" pela empresa Allem Negócios e Participações Ltda.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de maio de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 260/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Jorge Amaro de Souza Borges, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00039/2012, instaurado com o objetivo de investigar a supressão de árvores nativas de espécies ainda não identificadas na Rua Valter de Azevedo, em Viamão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de maio de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 194/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Altamir Francisco Arroque	1428551/2	04/04/2009 a 02/04/2014
Ana Adelaide Brasil Sa Caye	3437680/1	09/04/2009 a 07/04/2014
Belmiro Pedro Marx Welter	3429873/1	23/04/2009 a 21/04/2014
Bill Jeronimo Scherer	3450643/3	08/04/2009 a 06/04/2014
Cassiano Pereira Cardoso	3429822/1	23/04/2009 a 21/04/2014
Diolinda Kurrle Hannusch	3429849/1	23/04/2009 a 21/04/2014
Fernando Buttini	3425096/1	23/04/2009 a 21/04/2014
Jeane Schilling de Assumpcao	3429857/1	23/04/2009 a 21/04/2014
Joao Francisco Campello Dill	3425630/1	12/04/2009 a 10/04/2014
Julio Alfredo de Almeida	3425649/1	23/04/2009 a 21/04/2014
Maria W Trindade Cavalheiro	3425606/1	04/04/2009 a 02/04/2014
Mauro Fonseca Andrade	3429865/1	23/04/2009 a 21/04/2014

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de Maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de maio para os membros do Ministério Público, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).

BOLETIM N.º 195/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	ADICIONAL	DATA BASE
Claudia Alves Mainieri	3426718/1	02 25 %	26/04/2014
Daniel Sant Anna Bittencourt	2432382/2	01 15 %	18/04/2014
Gerson Luis Rocha Azevedo	3434133/1	01 15 %	09/04/2014
Gerson Osvaldo de Souza	3386082/3	01 15 %	25/04/2014
Jaqueline Aparecida Nunes e Silva	3377369/2	01 15 %	02/04/2014
Luciano Ratai Menna Barreto	3431401/1	01 15 %	07/04/2014
Marta Terezinha Marchi	3448274/1	01 15 %	25/04/2014
Mirtes Regina Sulzbacher	3447405/1	01 15 %	10/04/2014
Paulo Giovanni Tobaldini	3443183/1	01 15 %	21/04/2014
Roberto Neumar de Oliveira Rahmann	3430235/1	02 25 %	12/04/2014
Sandra Marcia Borges Correa	3436373/1	01 15 %	06/04/2014

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Alexandre Passos Vieira	3406687/2	02 03 %	05/04/2014
Carlos Eduardo Dutra Brum	3543633/1	01 03 %	18/04/2014



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

Cíntia Panarotto	3780589/1	01 03 %	25/04/2014
Cintia Ribes Pestano	2967057/2	01 05 %	27/04/2014
Cristiano Gasperin	3778835/1	01 03 %	21/03/2014
Daniel da Costa Leite Zauza	3440842/1	06 05 %	10/04/2014
Daniel Sant Anna Bittencourt	2432382/2	05 03 %	18/04/2014
Edison Costa da Rocha	3291529/2	08 05 %	16/04/2014
Edison Goncalves Bueno	3359204/2	07 03 %	29/04/2014
Ernane Carlassara de Oliveira	3424510/1	12 05 %	15/04/2014
Gerson Luis Rocha Azevedo	3434133/1	05 03 %	09/04/2014
Gerson Osvaldo de Souza	3386082/3	05 03 %	25/04/2014
Gilberto do Canto	3434907/1	06 03 %	11/04/2014
Jaqueline Aparecida Nunes e Silva	3377369/2	05 03 %	02/04/2014
Jorge Pippi de Vasconcellos	3444651/1	09 03 %	28/04/2014
Juliana Rodrigues Marques	3437302/1	04 03 %	11/04/2014
Juliane Fernanda Ahlf	3438899/1	04 03 %	21/04/2014
Leandro Hanusch	3439968/1	04 03 %	27/04/2014
Luciano Ratai Menna Barreto	3431401/1	05 03 %	07/04/2014
Luis Gustavo Muller	3446158/1	03 03 %	24/04/2014
Marcia Rejane Cazmierczak dos Anjos	3448185/1	08 03 %	27/04/2014
Márcio dos Santos Gomes	3780066/1	04 03 %	26/04/2014
Marinez Fatima Stefanello	3430219/1	07 05 %	18/04/2014
Marta Terezinha Marchi	3448274/1	05 03 %	25/04/2014
Matheus Munoz Faedo	3541959/1	01 03 %	24/04/2014
Mirtes Regina Sulzbacher	3447405/1	05 03 %	10/04/2014
Paola Cristina Gelatti	3541118/1	01 03 %	24/04/2014
Paulo Giovanni Tobaldini	3443183/1	05 03 %	21/04/2014
Paulo Godoy Junior	3446131/1	03 03 %	25/04/2014
Paulo Humberto Giovelli	3353079/2	07 05 %	27/04/2014
Rodrigo Zubiria da Silva	2700840/2	04 03 %	12/04/2014
Sandra Marcia Borges Correa	3436373/1	05 03 %	06/04/2014
Sibeli Amador de Azeredo	3450368/1	04 03 %	13/04/2014
Silvana de Azevedo Pimenta	3432890/1	07 03 %	19/04/2014
Tais Maciel Coral	3446085/1	03 03 %	01/04/2014

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Alvaro Cousandier Rodrigues	3444201/1	07/04/2009 a 05/04/2014
Ana Paula Ucha Ribeiro Hartmann	3444252/1	15/04/2009 a 13/04/2014
Antonio Roberto Sarmiento Correa	3434125/1	04/04/2009 a 02/04/2014
Cibeli Soares Zuliani	3091465/2	16/04/2009 a 14/04/2014
Claudia Alves Mainieri	3426718/1	28/04/2009 a 26/04/2014
Claudio Rogerio Sousa Lira	3444120/1	04/04/2009 a 02/04/2014
Cristiano Sampaio Machado	3429776/1	10/04/2009 a 08/04/2014
Daniel Sant Anna Bittencourt	2432382/2	20/04/2009 a 18/04/2014
Demian Martins Amantino	3364593/2	27/04/2009 a 25/04/2014
Denise Bombassaro	3450694/1	16/04/2009 a 14/04/2014
Diego Pozzobon Cassel	3450686/2	14/04/2009 a 12/04/2014



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

Emanuele Puhl	3413098/2	23/04/2009 a 21/04/2014
Enio Roberto Tassi	3444210/1	07/04/2009 a 05/04/2014
Eronita Simao Filha	3444139/1	04/04/2009 a 02/04/2014
Fabricio Lopes Allegretti	3444155/1	04/04/2009 a 02/04/2014
Fernando dos Anjos Baptista	3444163/1	06/04/2009 a 04/04/2014
Gerson Luis Rocha Azevedo	3434133/1	11/04/2009 a 09/04/2014
Isabel Dossin Alves de Miranda	3444198/1	11/04/2009 a 09/04/2014
Ismael Rolim Dreger	3450627/1	06/04/2009 a 04/04/2014
Jaqueline Aparecida Nunes e Silva	3377369/2	28/04/2009 a 26/04/2014
Jaques Fernandes da Silva	3445950/1	17/04/2009 a 15/04/2014
Jarbas Buacoski	3444260/1	18/04/2009 a 16/04/2014
Julia Orguim da Silva	3434141/1	01/05/2009 a 29/04/2014
Laís Maria Sanchotene de Bermúdez Coradini	3371972/2	25/04/2009 a 23/04/2014
Luciano Poglia	3429512/1	07/04/2009 a 05/04/2014
Luciano Ratai Menna Barreto	3431401/1	09/04/2009 a 07/04/2014
Mauricio Knop	3444287/1	19/04/2009 a 17/04/2014
Miguel Eduardo Netto Pinheiro	3444244/1	12/04/2009 a 10/04/2014
Paulo Roberto de Miranda Samarani	3450619/1	07/04/2009 a 05/04/2014
Raul Kroeff Machado Carrion	3431304/1	24/04/2008 a 22/04/2013
Remir Francisco Pies	3450724/1	27/04/2009 a 25/04/2014
Richard Alexandre Bauer de Oliveira	3444147/1	04/04/2009 a 02/04/2014
Roberta Irber Redel	3444503/1	18/04/2009 a 16/04/2014
Roberto Alvares da Costa	3450716/1	22/04/2009 a 20/04/2014
Tiago Dorneles	3092453/2	30/04/2009 a 28/04/2014
Vera Lucia Cunha do Amaral	3444317/1	25/04/2009 a 23/04/2014

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de Maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de maio para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM N.º 196/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE	REF. PGTO.
Marcos Manoel Veiga dos Santos	3440877/1	06 03 %	25/02/2014	26/03/2014

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de Maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de maio para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

BOLETIM N.º 197/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Adriane Eunice de Paula Roos	3326640/2	04 03 %	19/04/2014
Carlos Gilberto Laux	3430774/1	06 03 %	21/04/2014
Carolina Xavier da Silva	3437299/1	04 03 %	08/04/2014
Cesar Custodio Haesbaert	3446123/1	03 03 %	11/04/2014
Cristina Bartholomay Oliveira	3543030/1	01 03 %	11/04/2014
Diego Traesel	3452204/3	01 03 %	25/03/2014
Eduardo Basso Vedolin	3437043/1	06 03 %	21/04/2014
Paula Beckenkamp Costa Hoerbe	3382206/2	04 03 %	15/04/2014
Paula Wiltgen Machado	3448843/1	02 03 %	08/04/2014
Umberto Guarise Silva	3544443/1	01 03 %	24/04/2014
Vanessa Azevedo	3446115/1	03 03 %	09/04/2014

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Fabiane de Melo Saccomori	3450759/1	30/04/2009 a 28/04/2014
Matheus Generali Cargnin	3450767/1	30/04/2009 a 28/04/2014
Rafael Bender Carpena de Menezes Oliveira	2776510/2	19/04/2009 a 17/04/2014

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de Maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de maio para os funcionários dos quadros de cargos em comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM N.º 198/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE	REF. PGTO.
Emmanuel Gustavo Benjoíno Brandao	3410897/2	01 03 %	28/02/2014	28/02/2014

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de Maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de maio para os funcionários dos quadros de cargos em comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

SÚMULA

PROCESSO N.º 3770-09.00/13-5

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS S/A; **OBJETO:** endosso da apólice do seguro da frota de veículos, para inclusão de 1 (um) veículo (FIAT DOBLO CARGO 1.8 16V FLEX, PLACAS IVG 7589); **VALOR:** franquia: R\$ 758,00 e prêmio: R\$ 995,75; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, § 1º, Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

**SÚMULA DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 1107-09.00/14-6**

CONTRATADO: JOÃO CÉSAR NETTO; **OBJETO:** serviços técnicos especializados de planejamento e elaboração de questões objetivas para compor a prova de Informática do Concurso Público para provimento do cargo de Assistente Social, bem como análise e resposta aos eventuais recursos interpostos; **VALOR:** R\$ 415,14 por questão planejada e elaborada; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3910; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, inciso II e §1º, c/c art. 13, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 1107-09.00/14-6**

CONTRATADA: DOLORES SANCHES WÜNSCH; **OBJETO:** serviços técnicos especializados de planejamento e elaboração de questões objetivas para compor a prova de Conhecimentos Específicos do Concurso Público para provimento do cargo de Assistente Social, bem como análise e resposta aos eventuais recursos interpostos; **VALOR:** R\$ 415,14 por questão planejada e elaborada; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3910; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, inciso II e §1º, c/c art. 13, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 1107-09.00/14-6**

CONTRATADA: SABRINA PEREIRA DE ABREU; **OBJETO:** serviços técnicos especializados de planejamento e elaboração de questões objetivas para compor a prova de Língua Portuguesa do Concurso Público para provimento do cargo de Assistente Social, bem como análise e resposta aos eventuais recursos interpostos e revisão de questões objetivas; **VALOR:** R\$ 415,14 por questão planejada e elaborada; R\$ 72,20 por questão revisada; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3910; **FUNDAMEN-**

TO LEGAL: Art. 25, inciso II e §1º, c/c art. 13, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR**

PR.01591.00041/2014-6

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **Vinicius de Melo Lima**, ID n.º 3443710; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IUP0951, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 14 de maio de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de maio de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 618.09.00/14-4
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2014**

No dia 12 de maio de 2014, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa **LOJAS COLOMBO S/A** vencedora do item abaixo:

ITEM	DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO, MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNIT.
01	Ar condicionado de janela – 7000 A 7500 BTU	Ar-condicionado de janela; capacidade de refrigeração de 7.000 a 7.500 btu/h; ciclo reverso (quente e frio) com sistema de degelo automático; compressor rotativo; gabinete deslizante; consumo de energia máximo de 760 w/h; tensão-220v; classificação energética classe A; marca: CONSUL, modelo: CCS07DB.	30	R\$ 870,00



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

02	Ar condicionado de janela - 10.000 BTU	Ar-condicionado de janela; capacidade de refrigeração de 10.000 btu/h; ciclo reverso (quente e frio) com sistema de degelo automático; compressor rotativo; gabinete deslizante; consumo de energia máximo de 990 w/h; tensão-220v; classificação energética classe A; marca: CONSUL, modelo: CCS10DB.	30	R\$ 1.030,00
03	Ar condicionado de janela - 12.000 BTU	Ar-condicionado de janela; capacidade de refrigeração de 12.000 btu/h; ciclo reverso (quente e frio) com sistema de degelo automático; compressor rotativo; gabinete deslizante; consumo de energia máximo de 1.250 w/h; tensão-220v; classificação energética classe A; marca: CONSUL, modelo: CCM12.	30	R\$ 1.288,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; as Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais n.os 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 618.09.00/14-4
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2014

No dia 12 de maio de 2014, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa AAC AR CONDICIONADO LTDA. vencedora do item abaixo:

ITEM	DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO, MARCA/MODELO	QUANT	VALOR UNIT.
04	Ar condicionado de janela - 18.000 BTU	Ar-condicionado de janela; capacidade de refrigeração de 18.000 btu/h admitindo-se variação de (+-6%); ciclo reverso (quente e frio) com sistema de degelo automático; compressor rotativo; gabinete deslizante; consumo de energia máximo de 2.080 w/h; tensão-220v; classificação energética classe B; marca: SPRINGER/SILENTIA, modelo: ZQB185BB.	30	R\$ 1.820,00

05	Ar condicionado de janela - 21.000 BTU	Ar-condicionado de janela; capacidade de refrigeração de 21.000 btu/h admitindo-se variação de (+-4%); ciclo reverso (quente e frio) com sistema de degelo automático; compressor rotativo; gabinete deslizante; consumo de energia máximo de 2.680w/h; tensão-220v; classificação energética classe B; marca: SPRINGER/SILENTIA, modelo: ZQB215BB.	30	R\$ 2.100,00
06	Ar condicionado de janela - 30.000 BTU	Ar-condicionado de janela; capacidade de refrigeração de 30.000 btu/h admitindo-se variação de (+-4%); ciclo reverso (quente e frio) com sistema de degelo automático; compressor rotativo; gabinete deslizante; consumo de energia máximo de 3.200w/h; tensão-220v; classificação energética classe B; marca: SPRINGER/SILENTIA, modelo: ZQB305BB.	10	R\$ 2.900,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; as Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais n.os 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 07/2014 – CAO-DH

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, POR SEUS COORDENADOR, EM SUBSTITUIÇÃO, científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

IC.00723.00018/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, por Alécio Silveira Nogueira – Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível deficiência estrutural da Associação Gota D'Água e ausência de eventuais repasses pela Prefeitura Municipal do município.

IC.00949.00053/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, por Marcelo Araujo Simões, com a finalidade de averiguar o funcionamento de uma casa, abrigo de idosos, localizada na Rua Sempre-Vivas, ao lado do nº 3304,



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

Posto 05, de responsabilidade de Rosane Espíndola, no município.

IC.00949.00070/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, por João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar a não concessão de passe livre para acompanhante de pessoas com necessidades especiais, no transporte público municipal de Capão da Canoa.

IC.00949.00128/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, por João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades no atendimento do Pronto Socorro 24 horas de Capão da Canoa.

IC.00732.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Camaquã, por Ricardo Cardoso Lazzarin – Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar o funcionamento clandestino de Estabelecimento de ILPI's, sob a responsabilidade de Cristina Duarte e Silva, localizado na Rua Capitão Carvalho, nº 07, Bairro D. Rosinha, no município.

IC.00740.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canoas, por Marcelo Dossena Lopes dos Santos, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a existência de somente um médico cardiologista no Hospital Nossa Senhora das Graças, não havendo infraestrutura adequada que viabilize a assistência aos pacientes graves, no município.

IC.00740.00004/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canoas, por Marcelo Dossena Lopes dos Santos, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a regularidade da ILPI Casa Lar Sorriso da Vovó Ltda., no município.

IC.00740.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canoas, por Marcelo Dossena Lopes dos Santos, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a regularidade da ILPI Lar da Fraternidade, no município.

IC.00745.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen - Promotora de Justiça, com a finalidade de obedecer o contido na Recomendação nº 01/2013 expedida pelo Procurador-Geral de Justiça do RS relativa à fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, de qualquer natureza onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, objetivando a preservação da segurança e da incolumidade física de todos, nos termos da legislação em vigor, no município.

IC.00748.00020/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adrio Rafael Paula Gelatti – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar denúncia de precariedade do transporte público coletivo. Investigado: Viação Santa Tereza - Visate

IC.00748.00024/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adrio Rafael Paula Gelatti – Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar possíveis problemas com a remoção de pacientes pelo IPAM. Investigado: IPAM – Instituto de Previdência e Assistência Municipal.

IC.00748.00025/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adrio Rafael Paula Gelatti – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a inobservância dos trâmites legais para contratação de procedimentos médicos pelo IPAM. Investigado: IPAM – Instituto de Previdência e Assistência Municipal

IC.00748.00026/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adrio Rafael Paula Gelatti – Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar inobservância de concurso público/ irregularidades na cessão de funcionários. Investigado: IPAM – Instituto de Previdência e Assistência Municipal

IC.00748.00016/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar possível negligência do município com relação à limpeza da via pública, na Rua do Guia Lopes e proximidades.

IC.00748.00036/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani – Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar possível falta de manutenção no patrimônio público, no município.

IC.00748.00060/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar denúncias de maus tratos na Casa de Apoio Viva Raquel, no município.

IC.00748.00084/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani – Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades em ILPI constatadas em fiscalização conjunta do Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso e Vigilância Sanitária. Investigado: Rochele Lang – ME – Bela Vitta Casa Geriátrica

IC.00748.00085/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani – Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades verificadas em fiscalização em instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI. Investigado: Residencial para Idosos EUVIDA LTDA

IC.00760.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Encantado, por André Eduardo Schröder Prediger – Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis inadequações na sede da Unidade Sanitária PAM/SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Encantado, localizada no subsolo do prédio situado na Rua Duque de Caxias, nº 790, Centro. Investigado: Município de Encantado

IC.00766.00004/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Estância Velha, por Charles Emil Machado Martins – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades apontadas no Auto Circunstanciado nº 006/2013, da Brigada Militar de Estância Velha, em relação a APAE. Investigado: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

IC.00766.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Estância Velha, por Wilson Luís Grezzana – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na formalização de contrato entre o Município de Estância Velha e o Instituto de Saúde e Educação Vida – ISEV, com o objetivo de transferir a gestão administrativa do Hospital Municipal Getúlio Vargas para esta entidade. Investigado: ISEV-Instituto Saúde e Educação Vida

IC.00768.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Esteio, por André de Azevedo Coelho – Promotor de Justiça,



com a finalidade de apurar possível violação ao direito fundamental à saúde pública, em razão de a empresa Laser Star estar realizando procedimentos com uso de luz intensa pulsada, sem a presença de médico, no município.

IC.01232.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul, por Plínio Castanho Dutra – Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a precariedade no atendimento de saúde no Posto Distrito Parque Eldorado, localizado na rua Luz da Criança, 481, 1ª parte, Parque Eldorado, no município. Investigado: Município de Eldorado do Sul

IC.00763.00001/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Erechim, por Carmem Lucia Garcia – Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar irregularidades praticadas pelo Centro Especializado em Saúde Mental S/S Ltda., filial de Barão do Cotegipe/RS, conforme relatório de inspeção da 11ª Coordenadoria Estadual de Saúde, em detrimento aos direitos transindividuais dos idosos e dos consumidores, usuários dos serviços.

IC.00763.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Erechim, por Carmem Lucia Garcia – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar possível lesão aos direitos dos usuários do SUS, em razão da suspensão da realização de cirurgias e de partos cesáreos, no Hospital São Roque, de Severiano de Almeida.

IC.00784.00004/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Gravataí, por Carolina Barth Loureiro Ingracio – Promotora de Justiça, com a finalidade de fazer cessar irregularidades – existência de comunidade terapêutica sem licença para funcionamento na comunidade terapêutica VIVICA-ME, localizada na Estrada Boa Vista, 1837, Bairro Loteamento Vale do Sol, em Glorinha.

IC.00788.00032/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaporé, por Cláudio da Silva Leiria – Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível deficiência na prestação de serviços médico-hospitalares por parte da Associação Hospitalar Manoel Francisco Guerreiro.

IC.00780.00036/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, por Fábio Munhoz Manzano – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades na gestão do Conselho Municipal da Saúde de Sertão.

IC.00790.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Herval, por Rosely Teresinha de Azevedo Lopes – Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível insuficiência de atendimento médico pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Investigados: Município de Herval e Hospital Nossa Senhora da Glória

IC.00933.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Igrejinha, por Daniel Ramos Gonçalves – Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar como o município está exercendo a fiscalização da prestação dos serviços de saúde no município, com destaque sobre as atividades do Conselho Municipal de Saúde.

IC.00813.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Nova Prata, por Lucio Flavio Miotto – Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar a implantação da Estratégia de Saúde da Família e do Fundo Municipal de Saúde. Investi-

do: Município de Andre da Rocha

IC.01211.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Osório, por Luis Cesar Gonçalves Balaguez – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar eventual violação aos direitos previstos na legislação vigente para a inclusão de alunos com necessidades especiais ou deficiência. Investigado: Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval

IC.00820.00153/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Paulo da Silva Cirne – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar Projeto Institucional Idosos em ILPI's – Vergueiro Hospedagem. Investigado: Vergueiro Hospedagem de Idosos Ltda. ME.

IC.01128.00045/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Christianne Pilla Caminha – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades no Lar Espírita Maria de Nazareth, localizado na Rua Coronel Lucas de Oliveira, nº 2746, Bairro Petrópolis, bem como a ausência de alvará de prevenção e proteção contra incêndios em relação ao estabelecimento, no município.

IC.01128.00006/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a possível irregularidade no serviço prestado pela FEPAM.

IC.01128.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a situação de superlotação da emergência no Hospital Conceição do Grupo Hospitalar Conceição.

IC.01128.00052/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a existência de profissionais com capacitação para comunicação por meio da Linguagem Brasileira de Sinais com pacientes, familiares e acompanhantes, nos hospitais de Porto Alegre.

PI.01128.00047/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz – Promotora de Justiça, com a finalidade de assegurar o direito dos usuários do Sistema Único de Saúde ao acesso aos Hospitais de Porto Alegre, bem como averiguar a atuação do Sindisaúde.

Aditamento à Portaria de Inquérito Civil nº 01128.000120/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a falta de atendimento pelo Sistema Único de Saúde, nas emergências de final de semana do Hospital Banco de Olhos, no município.

IC.01128.000120/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza – Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar os procedimentos adotados pela União de Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, para a confecção do cartão do Sistema Único de Saúde, no município.



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

IC.01128.00149/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis danos a direitos difusos ou coletivos consistentes na ausência de rede de abastecimento de água potável no loteamento clandestino, localizado na Av. Juca Batista, 2910. Investigado: Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE

PI.01128.00039/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar eventual falta de medicamentos dispensados pela rede de atenção básica no município. Investigado: Secretaria Municipal de Saúde

PI.01128.00041/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no concurso público da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, para provimento do cargo de Psicólogo. Investigado: Secretaria Estadual da Saúde, Fundação Estadual de Ciência e Tecnologia – FUNDATEC

IC.01128.00095/2011 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar problemas referentes à instalação de piso tátil, para orientar deficientes visuais, no trecho localizado entre o estacionamento da Procuradoria-Geral do Estado e o Tribunal de Justiça do RS.

IC.01128.00048/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar irregularidades no funcionamento de instituição de longa permanência para idosos. Investigada: Pousada Recanto do Vovô, estabelecida na Rua Vicente da Fontoura, nº 2.323, Bairro Rio Branco, no município.

IC.01128.00065/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar irregularidades no funcionamento de instituição de longa permanência para idosos. Investigada: Gerontologia Arte de Viver Ltda., estabelecida na Rua Intendente Alfredo Azevedo, nº 624, no município.

IC.01128.00066/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar irregularidades nas condições de acessibilidade dos idosos que frequentam o estabelecimento de saúde. Investigado: Centro de Saúde IAPI, estabelecido na Rua Três de Abril, nº 90, Passo D'Areia, no município.

IC.01128.00092/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar irregularidades no funcionamento de instituição de longa permanência para idosos. Investigado: Jesus José Fripp Beck, estabelecido na Av. Bahia, nº 1240, no município.

IC.01128.00112/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de

Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar irregularidades no funcionamento de instituição de longa permanência para idosos. Investigado: ILPI Instituição Adventista Sul Rio-Grandense de Educação e Assistência Social, estabelecida na Rua Catarino Andreatta, nº 47, no município.

IC.01128.00003/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta – Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar irregularidades nas condições de acessibilidade para cadeirantes e pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida no Hipermercado BIG. Investigado: WMS Supermercados do Brasil Ltda., com sede na Avenida Sertório, nº 6.600, Bairro Sarandi, no município.

IC.01217.00016/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias – Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a falta de condições do Instituto Penal Feminino de Porto Alegre, devido à infestação de baratas, existências de goteiras, entupimento de vasos e abafamento dos alojamentos. Investigado: Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE

IC.01217.00017/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias – Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as condições de trabalho dos Agentes Penitenciários do Instituto Penal Feminino de Porto Alegre. Investigado: Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE

IC.00815.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, por Manoel Luiz Prates Guimarães – Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar irregularidades no atendimento de traumatologia do Hospital Geral. Investigado: Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo

PI.00864.00014/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria, por Maurício Trevisan – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar ausência de pontes na estrada secundária denominada Corredor dos Fontana, na localidade de Três Barras, Distrito de Arroio Grande, trazendo dificuldades e transtornos a moradores das adjacências, no município. Investigado: Município de Santa Maria

PI.00864.00020/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria, por Maurício Trevisan – Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a ausência de plantão presencial de médicos-obstetras e pediatras, com risco para parturientes, nascituros e neonatos, em hospital de grande fluxo de pacientes. Investigado: Hospital de Caridade Dr. Astrogildo César de Azevedo

IC.00882.00016/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, por Bruno Pereira Pereira – Promotor de Justiça, com a finalidade de não possuir CIPA, comissão de óbito e de prontuário e ética médica, programa de capacitação de recursos humanos, programa de manutenção de equipamentos, programa de manutenção, operação e controle de ar condicionado assinado pelo responsável técnico, não possuir indicações visuais e não ter recolhimento de resíduos de saúde na área interna. Investigado: Hospital de São Francisco de Paula

IC.00948.00006/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

São Marcos, por Evandro Lobato Kaltbach – Promotor de Justiça, com a finalidade de instituir no município de São Marcos um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Investigado: Município de São Marcos

IC.00915.00062/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí, por Antonio Metzger Képes, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar investigar denúncia do Sr. Vasco Rogério Charão Cavalheiro de que a FADERS estaria dificultando o deferimento do passe livre no transporte público intermunicipal aos associados, no município.

IC.00922.00030/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Uruguaiana, por Jocelaine Dutra Pains, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o atendimento prestado pela médica obstetra e ginecologista Paula Gomes Porto, funcionária pública municipal que atende no setor de saúde da mulher na Secretaria Municipal de Saúde, no município.

IC.00931.00075/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Tatiana Alster - Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar potencial dano difuso e coletivo do direito à saúde das pessoas com sofrimento psíquico, decorrente das condições higiênico-sanitárias, de estrutura e funcionamento do SRT – Serviço Residencial Terapêutico – Renascer, estabelecido na RS, 118, nº 3761, Tarumã, no município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de maio de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador Substituto,
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 17/2014

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

IC 00763.00014/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Erechim em 24/03/2014 por Carmem Lucia Garcia com a finalidade de apurar irregularidades no pagamento do precatório n.º 95.840, pelo Município de Campinas do Sul. Investigados: Município de Campinas do Sul e Tercilio Pietroski; Local do fato: Erechim.

IC 00765.00026/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Espumoso em 21/03/2014 por Suzane Hellfeldt com a finalidade de apurar denúncia de possível ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito. Investigados: Sandra soares e Leandro Lira. Local: Campos Borges.

IC 00766.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Estância Velha em 19/03/2014 por Charles Emil Machado Martins com a finalidade de apurar irregularidades nas contas do senhor Tome Dagoberto Foscarini, administrador do Legislativo Municipal de Estância Velha, no exercício de 2010. In-

vestigado(s): Tome Dagoberto Foscarini, Local do fato: Estância velha.

IC 00775.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00008/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00014/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00015/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00016/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00017/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00775.00018/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen em 15/04/2014 por Rogério Fava Santos com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00780.00035/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 15/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de investigar eventual destinação inadequada dos dois veículos caminhão Volkswagen (Lei Municipal 860/08 e Lei Municipal 1212/12) para a cooperativa de agricultura familiar de Floriano Peixoto - COPERFLOR. Investigado: Município de Floriano Peixoto, Local do fato: Floriano Peixoto.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

PI 00780.00025/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 22/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00026/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 22/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00027/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 22/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00028/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 22/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 22/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00030/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 23/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 23/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00032/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 23/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

PI 00780.00033/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas em 23/04/2014 por João Fabio Munhoz Manzano com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00829.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre em 14/04/2014 por Eduardo Alberto Tedesco com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

IC 00852.00132/2013 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande em 11/04/2014 por Jose Alexandre da Silva Zachia Alan com a finalidade de apurar possível ato de improbidade a tratar da ausência de licitação para a realização de serviços pela empresa Cátia Maria da Silva Mendes – ME. Investigado(s): Câmara Municipal do Rio Grande, Local do fato: Rio Grande.

IC 00870.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Vitoria do Palmar em 11/04/2014 por Márcia Christ Fonseca, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no recebimento de diárias e passagens pela Câmara de Vereadores do Chuí no ano de 2012. Investigado(s): Câmara de Vereadores do Chuí, Diego de Oliveira Mena, Local do fato: Santa Vitoria do Palmar

IC 00872.00192/2013 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo em 08/04/2014 por Paula Regina Mohr com a finalidade de verificar possíveis danos aos

consumidores usuários da linha de ônibus Santo Ângelo Porto Xavier; Investigada: Empresa Cerro Largo Transportes Coletivos LTDA; Local: Rua Major Antonio Cardoso, nº 350, Centro, Cerro Largo, RS. Local do fato: Santo Ângelo.

PI 00873.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo em 11/04/2014 por Helder Muller Estivalte com a finalidade de apurar denúncia de possível irregularidade em procedimento licitatório (edital n.º 024/2014) do Município de Santo Ângelo/RS. Local: Santo Ângelo/RS. Investigado(s): Município de Santo Ângelo.

IC 00875.00016/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha em 13/03/2014 por Reginaldo Freitas da Silva com a finalidade de investigar a eventual ilegalidade e/ou irregularidade na concessão de serviços de transporte público e cobrança abusiva de tarifa no Município de Caraã. Investigado(s): Município de Caraã. Local do fato: Santo Antônio da Patrulha.

PC 00727.00028/2011 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis em 21/03/2014 por Valdoir Bernardi de Farias com a finalidade de investigar eventuais irregularidades em concurso público realizado pela Prefeitura de São Francisco de Assis/RS, cujos critérios para elaboração da prova - que fora realizada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus de Santiago são objeto de questionamento por parte de candidatos ao certame. Investigado(s): Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Santiago/RS. Município de São Francisco de Assis/RS, Local do fato: São Francisco de Assis.

PC 00908.00008/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tapejara em 02/04/2014 por Marcio Schenato com a finalidade de investigar eventual ato de improbidade administrativa, consistente no pagamento de tratamento de saúde privado pelo município de Tapejara para sobrinha do prefeito municipal. Investigado(s): Seger Luiz Menegaz. Local do fato: Tapejara.

IC 00936.00007/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre em 13/02/2014 por João Afonso Silva Beltrame com a finalidade de apurar supostas irregularidades na prestação de contas do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente e, da casa de passagem Vila Cecília, de Arroio do Tigre. Local do fato: Arroio do Tigre.

IC 00936.00006/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre em 19/02/2014 por João Afonso Silva Beltrame com a finalidade de apurar a eventual contratação irregular da Empresa Sercon LTDA-ME pela Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre, visto que, tal empresa não possui autorização do GSVG da Brigada Militar para exercer atividade de vigilância/zeladoria do britador municipal. Investigado(s): Poder Executivo de Arroio do Tigre, Local do fato: Arroio do Tigre.

IC 00948.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Marcos em 14/04/2014 por Evandro Lobato Kaltbach com a finalidade de investigar uso de transporte de saúde público (ambulância) para fim particular. Investigado(s): Município de São Marcos, Marieli Sandri. Local do fato: São Marcos.

IC 00949.00109/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa em 14/04/2014 por João Carlos de Azevedo



Diário eletrônico do _____
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de maio de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1428

Fraga com a finalidade de averiguar eventual irregularidade na contratação de enfermeiros no Município de Xangri-lá, quando há candidatos aprovados em concurso público já realizado. Investigado(s): Município de Xangri-lá. Local do fato: Capão da Canoa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de maio de 2014.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,
Coordenador do Centro Operacional Cível e
de Defesa do Patrimônio Público.
De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.